



Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Teoria do valor-utilidade: ciência vulgar?			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Maracajaro Mansor	Universidade Federal Fluminense	UFF	Professor
COAUTOR 2			
Álvaro Martins	Universidade Federal Fluminense	UFF	Graduando
COAUTOR 3			
Marina Muniz	Universidade Federal Fluminense	UFF	Graduanda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este trabalho é um relato inicial da pesquisa sobre o caráter da (contra) Revolução Marginalista sob a perspectiva marxista. Na primeira parte coletamos as passagens em que Marx utiliza o termo “ciência vulgar” para identificar os critérios pelos quais ele define que uma perspectiva teórica mereça essa qualificação. Argumentaremos que uma elaboração teórica é vulgar quando sua abordagem é limitada aos nexos aparentes entre os eventos, e que isso é equivalente à sistematizar o ‘senso comum’. Qualquer teoria social que orgulhosamente demarque seu objeto de estudo no campo das relações tais como elas se apresentam, cega a si mesma quanto as possibilidades (passadas e futuras) de que as coisas se apresentem de outro modo e, por isso, toma como naturais e eternas as atuais relações sociais. Concluiremos essa primeira parte com algumas indicações iniciais de que a pretensão positivista de restringir a ciência ao domínio empírico é uma tentativa de limitar o conhecimento ao âmbito vulgar.</p> <p>Na segunda parte deste trabalho, coletamos passagens dos autores da (contra) Revolução Marginalista em que eles assumem a investigação dos nexos aparentes como objetivos de suas contribuições, ainda que em outros termos. Embora o argumento seja aplicado a Jevons, Menger e Walras, este trabalho se concentra principalmente nas contribuições deste último. Mostraremos como Walras é consciente da necessidade de considerar as relações sociais como mutáveis, e como ele se contradiz ao tentar encontrar, no “valor de troca”, um fato natural capaz de definir um ramo em que se possa fazer Economia Política pura.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Ciência vulgar, contra-revolução marginalista, valor-utilidade			
ABSTRACT			
<p>This paper is an initial report of the research on the character of the Marginalist (counter) Revolution in a Marxist perspective. In the first part we collect passages in which Marx uses the term "ordinary science" to identify the criteria by which he concludes that a theoretical perspective deserves this qualification. We argue that a theoretical elaboration is ordinary when it's approach is limited to apparent nexus between events, and that it is equivalent to systematize the 'common sense'. Any social theory that proudly demarcate its study object in the field of relations such as they present themselves, blind itself to the (past and future) possibilities that things present itself differently and therefore takes the present social relations as natural and eternal. We will conclude this first part with some initial indications that the positivist claim to restrict science to the empirical domain is an attempt to limit it to the scope of ordinary knowledge.</p> <p>In the second part of this work, we collect passages of the Marginalist (counter) Revolution authors in which they assume the investigation apparent nexus as the objective of their contributions, despite using other terms. Although the argument is applied to Jevons, Menger and Walras, this work focuses mainly on the contributions of the latter. We highlight how Walras is aware of the need to consider social relationships as changeable, but he contradicts himself when he tries to find a natural fact – the "exchange value" – able to set a branch where is possible to make pure Political Economy.</p>			
KEYWORDS			
Ordinary Science, Marginalist (counter) Revolution, utility-value			
EIXO TEMÁTICO			
Marx contra a economia política			

Introdução

Como anunciado no resumo, esse texto é um relato inicial da pesquisa sobre o caráter da (contra) Revolução Marginalista sob a perspectiva marxista. Coletamos algumas considerações de Marx sobre o sentido do termo “economia vulgar”, e apresentamos alguns elementos da teoria do valor utilidade, começando por seus precursores e concluindo com os três principais autores da chamada “Revolução Marginalista”.

O sentido de “economia vulgar”

Temos como objetivo inicial refletir sobre o sentido do termo “economia vulgar” em Marx, indicando que esta consiste na sistematização do senso comum. Após realizar tal tarefa, argumentamos que as contribuições dos autores da “Revolução Marginalista” são vulgares, no sentido de Marx, pois suas teorias investigam apenas os nexos aparentes do capitalismo, tomando-os como naturais. A carência de crítica nessas abordagens explica o sucesso profissional dos economistas. Logo no prefácio d’*O Capital*, Marx argumenta que depois que a burguesia se tornou classe dominante, a investigação propriamente científica deu lugar à apologia do mercado e à defesa dos interesses dos detentores dos meios de produção, que vêm na sociedade atual o último e mais evoluído estágio da humanidade.

“A burguesia conquistara poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu sua lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética.” (MARX, ano?, p. 23-24)

Marx esclarece o que entende por economia vulgar numa nota de rodapé no primeiro capítulo d’*O Capital*, “A Mercadoria”:

“E, para esclarecer de uma vez por todas, direi que, no meu entender, economia política clássica é toda a economia que, desde W. Petty, investiga os nexos causais das condições burguesas de produção, ao contrário da economia vulgar, que trata apenas das relações aparentes, ruma, continuamente, o material fornecido, há muito tempo, pela economia científica, a fim de oferecer uma explicação plausível para os fenômenos mais salientes, que sirva ao uso diário da burguesia, limitando-se, de resto, a sistematizar pedantemente e a proclamar como verdades eternas as ideias banais, presunçosas, dos capitalistas sobre seu próprio mundo, para eles o melhor dos mundos.” (MARX, ano?, p. 103)

Para Marx, portanto, são vulgares as teorias econômicas que carecem de profundidade científica, teorias desenvolvidas baseadas em interesses de classes dos próprios autores, os quais olham para as relações existentes naquele modo de produção e não a investigam no sentido de revelar as condições de possibilidade daquelas relações. Os economistas vulgares teorizam em interesse próprio da burguesia, tratando apenas do que possui utilidade prática imediata, ou seja, procuram apenas atender as demandas postas diretamente pelo próprio funcionamento do capitalismo.

Os autores denominados “marginalistas”, (Jevons, Menger e Walras), interessados em transformar a economia numa ciência empírica, não investigam as conexões internas aos fenômenos analisados (como preços, etc.). Em suma, se limitam aos aspectos superficiais. Através dessa visão “limitada”, os “marginalistas” explicam que o valor das mercadorias se determina no ato da troca, pela avaliação subjetiva dos indivíduos sobre a utilidade de cada coisa. Nesta perspectiva, todos os sentimentos são todos redutíveis a uma soma de prazer (subtraída de dores), que são, assim, comparáveis. Qualquer ação humana é baseada na utilidade, conceito ao qual todo tipo de sentimento é reduzido.

Essa ótica carece de profundidade científica pois não investiga as relações internas pressupostas às ações dos indivíduos. Talvez o caso mais sintomático seja o tratamento teórico dispensado à produção, que sempre é tomada como dada, escamoteando as relações sociais entre os produtores. Na medida em que não investiga tais relações, acaba por tomá-las como dadas.

Eleuterio Prado em seu artigo “*Abstração Mercantil e Teoria Neoclássica*” explica o que os marginalistas fazem com a Economia Política e porque podemos interpretar tais teorias como vulgares.

“É certo que na origem da teoria neoclássica se encontra uma pretensão exorbitante de aplicar certos métodos das ciências físicas, considerados bem-sucedidos na apreensão dos fenômenos naturais, na esfera da sociedade. Quando vê os autores que deram os passos decisivos para a sua criação, **verifica-se imediatamente quão difundido era o propósito de empregar as técnicas do cálculo integral e diferencial no conhecimento do mundo da riqueza, com o objetivo de transformar a economia política numa verdadeira ciência positiva.**” (Prado, 2009, p. 81-82)

Sobre as origens do valor-utilidade: antecedentes da “economia vulgar”

O pensamento Econômico do século XIX se caracteriza pela ampla difusão, na Inglaterra, da teoria do valor trabalho elaborada por Smith, modificada por Ricardo e interpretada por Mill. Com

esta teoria do valor, a Economia Política foi capaz de sustentar a superioridade da sociedade nascente (capitalismo) em relação ao “antigo regime”. Essa afirmação pode ser rerepresentada como combinação de dois aspectos da Economia Política (Clássica) que julgo interessante para refletir sobre os autores que fundaram a teoria neoclássica: i) todo o valor é produzido pelo trabalho; e ii) o capitalismo funciona bem, sendo o capitalista o responsável pelo desenvolvimento.

Em que pesem os diversos debates da Economia Política (Clássica), é possível argumentar que não há contradições lógicas imediatas entre esses dois aspectos teóricos, e que estas só puderam surgir como resultado do desenvolvimento histórico (ontológico) do capitalismo, com a supressão da nobreza e conseqüente destaque para o novo confronto de classe, entre trabalhadores e capitalistas. Com as diversas revoluções proletárias do século XIX, a coexistência desses dois aspectos da Economia Política (Clássica) estoura como crise teórica. A expansão do capitalismo foi um processo de intenso crescimento da desigualdade social (sendo a desigualdade de renda apenas um de seus componentes). Nesse contexto, a teoria econômica hegemônica da época, apesar de defender os lucros como justa remuneração à parcimônia dos capitalistas, se fundamentava numa posição teórica que reconhecia que a produção de todo valor era obra dos trabalhadores, e apenas deles. Os economistas, empenhados em demonstrar a superioridade do capitalismo frente a qualquer possibilidade alternativa de organização social, logo começaram a manifestar o incômodo com o valor trabalho. Say, por exemplo, afirma:

“Depois de ter mostrado... o progresso que a ciência da Economia Política deve ao Dr. Smith, talvez não fosse inútil indicar... alguns pontos em que ele errou. Ele atribui a capacidade de produzir valores apenas ao trabalho do homem, isto é um erro.” (Say *apud* Hunt, 1981, p.)

A saída teórica encontrada por Say é fundar o valor na utilidade:

“O valor dos produtos não se baseia no valor do agente de produção (quer dizer, não se baseia no lucro e nos salários), como alguns autores erroneamente afirmaram... como o desejo de ter objetos e, conseqüentemente, seu uso se originam de sua utilidade, é a capacidade de criar a utilidade... que confere valor a um agente de produção, valor este que é proporcional à importância de sua cooperação na produção.” (Say *apud* Hunt, 1981, p.)

Say afirma, assim, que a remuneração dos “agentes de produção” “é proporcional à importância de sua cooperação an produção”. O lucro não é apenas um direito do capitalista por proporcionar os meios de produção para que o trabalho possa produzir o valor, como argumentava

Ricardo, o lucro é supostamente produzido pelo próprio capital, ideia que se expressa na consagrada fórmula da moderna microeconomia “ $i=PmgK$ ” (taxa de juros é igual à produtividade marginal do capital)¹.

É conhecido que essas ideias de Say não são originais. Bentham já havia defendido um ponto de vista muito semelhante, ainda que sem ter o foco na distribuição da renda gerada:

“a Economia Política nada tem a ver com o consumo da riqueza, senão no que “An article of property, an estate in land, for instance, is valuable, on what account? On account of the pleasures of all kinds which it enables a man to produce, and what comes to the same thing the pains of all kinds which it enables him to avert. But the value of such an article of property is universally understood to rise or fall according to the length or shortness of the time which a man has in it: the certainty or uncertainty of its coming into possession: and the nearness or remoteness of the time at which, if at all, it is to come into possession. As to the intensity of the pleasures which a man may derive from it, this is never thought of, because it depends upon the use which each particular person may come to make of it; which cannot be estimated till the particular pleasures he may come to derive from it, or the particular pains he may come to exclude by means of it, are brought to view. For the same reason, neither does he think of the fecundity or purity of those pleasures. (Bentham, 1781. p.36)

A “inovação” de Say está na explícita preocupação em demonstrar a justiça do lucro e, com isso, de toda a presente configuração social. Essa é uma preocupação permanente dos economistas, e que não é fácil de combinar com a teoria do valor-trabalho. Por mais que os próprios formuladores e defensores da teoria do valor-trabalho (Smith, Ricardo e Mill) defendessem com firmeza o direito do capitalista ao lucro, esta teoria do valor inevitavelmente deixa a brecha lógica para a crítica ao capitalismo, brecha crescentemente utilizada ao longo do século XIX². O crescimento da contextualização ao capitalismo ao longo desse período tornava cada vez mais frágil a Economia Política (Clássica) como significação de mundo legitimadora da sociabilidade fundada no capital. Em decorrência disso, tornava-se cada vez mais frequente entre os economistas a defesa do valor-utilidade (Say, Senior, Bastiat, Gossen, Thünen, Cournot e outros). Apesar do grande empenho de tantos economistas, faltava-lhes sempre a precisão conceitual para que a teoria do valor-utilidade pudesse se firmar como alternativa científica à teoria do valor-trabalho. No início da década de 1870, Jevons, Menger e Walras, quase simultaneamente, publicaram livros que alcançavam essa precisão. Cada um desses autores conseguiu, à sua maneira, diferenciar consistentemente a utilidade total da variação da utilidade, fornecendo, assim, uma solução para o conhecido paradoxo da água e do diamante de Smith.

¹ Na teoria da firma individual, que é o nível lógico inicial, essa equação aparece diretamente com lucro em lugar da taxa de juros: “ $\pi = PmgK$ ”. (Preciso acrescentar bibliografia, mas está em qualquer manual.)

² Esta afirmação é colocada aqui ainda na condição de hipótese, que precisa ser futuramente averiguada.

Vale lembrar que o próprio Bentham rejeitava o paradoxo de Smith, e que sua argumentação partia exatamente do conceito de escassez. Apesar da coerência de seu argumento, a ausência de conceitos precisos que diferenciasssem a utilidade total da variação da utilidade debilitaram que sua teoria do valor se apresentasse como alternativa sólida à teoria de Smith.

Jevons

No prefácio, Jevons argumenta que o nome de sua ciência não deve ser Economia Política, e decide suprimir o “Política” de todo o seu livro. Como ele teve essa ideia apenas na época da publicação da segunda edição de seu livro, ele optou por não retirar o termo apenas do título, para não parecer que se tratava de uma publicação nova.

No início do primeiro capítulo ele afirma que a Economia trata de conceitos aparentemente simples, “utilidade, riqueza, valor, mercadoria, trabalho, terra, capital”, mas é exatamente ao tratar dos conceitos elementares de uma ciência que se deve ter o maior cuidado, pois “o mínimo erro conceitual invalidará todas as nossas deduções”. A mudança no nome da ciência, junto com essas considerações iniciais são o anúncio de que Jevons pretende alcançar grandes mudanças teóricas em sua ciência. E o sentido dessas mudanças é anunciado logo a seguir, Jevons pretende demonstrar que “basta seguir as leis naturais da variação da utilidade para chegar a uma teoria satisfatória da troca” (Jevons, 1983 p. 47). Deve-se destacar como Jevons esquivava-se até do uso do termo “valor”, apresentando sua contribuição como “teoria da troca”.

Jevons advoga o uso da matemática como absolutamente necessário para que a Economia possa se desenvolver como ciência. Ele argumenta que existem dois tipos de ciências, as lógicas, que determinam se uma coisa *é* ou *não é*, e as que, além de lógicas, são matemáticas. Ele argumenta que “onde quer que os objetos tratados sejam passíveis de ser maior ou menor, aí as leis e relações devem ser matemáticas por natureza”. (Jevons, 1983 p. 48). A partir daí Jevons dedica algumas seções do primeiro capítulo para tentar superar o que ele chama de “preconceito” contra a matemática em qualquer dos ramos das ciências morais. Ele argumenta, por exemplo, que não existe ciência exata, no sentido de que não existe nenhum objeto de estudo que possa ser medido com exatidão.

Jevons assume, um tanto a contragosto, a impossibilidade de medir os sentimentos, admite que é difícil imaginar até mesmo uma unidade de medida para eles, mas que isso não significa que eles não existem em quantidades definidas. Jevons adota a teoria de Bentham para medir prazer e

sofrimento³ e alega que a “mente do indivíduo” é a balança que pondera a magnitude de cada um desses sentimentos na hora da ação. Nesse ponto, merece destaque a seção “Sofrimento, o negativo do prazer” do capítulo II. Para poder comparar quantitativamente dois sentimentos tão diversos, eles precisam ser reduzidos qualitativamente à mesma coisa. Ainda que o argumento de Jevons não discuta as diferenças de aspectos quantitativos para aspectos qualitativos, ele opera essa redução, como é evidenciado no próprio título da seção.

No capítulo III, Jevons afirma que “maximizar o prazer” é o problema da Economia, se aproximando, assim, da definição desta ciência que hoje se tornou tradicional (a ciência que estuda a alocação ótima de recursos escassos entre fins alternativos). Neste capítulo, Jevons apresenta uma citação em que Mill argumenta que

“a Economia Política nada tem a ver com o consumo da riqueza, senão no que se refere à produção ou à distribuição, de cujas considerações é inseparável. Não sabemos de nenhuma lei do consumo da riqueza que seja objeto de uma ciência particular; tais leis não podem ser outras que as do prazer humano.” (Mill *apud* Jevons, p. 70).

A partir daí, Jevons se dedica a desconstruir essa afirmação de Mill, citando economistas como Bastiat, Courcelle-Seneuil, Hearn e Banfield. Na seção seguinte argumenta que a utilidade não é uma qualidade intrínseca ao bem, pois um mesmo bem pode ter utilidade diversas (o primeiro copo d’água não possui a mesma utilidade que o segundo). Na sequência deste argumento, Jevons apresenta o que chama de “Lei da variação da utilidade”, em que acréscimos sucessivos de um determinado bem, comida por exemplo, acrescentam cada vez menos utilidade. Ao final dessa seção, está preparado todo o terreno para a formulação do conceito chave que permite a Jevons figurar entre os que deram sustentação lógica à teoria do valor utilidade: *grau de utilidade*. Este conceito é apresentado matematicamente como du/dx (derivada da utilidade em relação ao bem “x”). O grau de utilidade mais importante para a teoria econômica é o último, aquela variação de utilidade vinculada ao consumo adicional de uma fração infinitesimal do bem.

A seção seguinte, “Variações do grau final de utilidade”, Jevons abre com um comentário que soa profético: “O grau final de utilidade é a função em torno da qual irá girar a teoria econômica”. (Jevons, p. 78). Logo a seguir Jevons apresenta o que, em terminologia moderna, é chamado de “princípio da utilidade marginal decrescente”: “*O grau de utilidade varia com a quantidade de um bem e finalmente diminui na medida em que a quantidade aumenta*” (Jevons, p. 78). É conhecida a relevância do referido princípio para a moderna Economia, e Jevons tem

³ Bentham defende que os sentimentos devem ser medidos por sua intensidade, duração, certeza/incerteza, proximidade/longinquidade, pureza, fecundidade e extensão.

consciência da importância lógica dessa ‘lei de variação do grau de utilidade’, tanto que o itálico aqui reproduzido é do próprio autor.

A partir desse ponto, estão estabelecidas as bases teóricas para que Jevons possa antecipar alguns dos resultados conhecidos da microeconomia atual. Já na seção seguinte ele chega a: $du_1/dx=du_2/dy$, onde o lado esquerdo da equação denota o grau final de utilidade de um bem associado ao uso 1, e o lado direito da equação denota o grau final de utilidade associado ao uso 2 desse mesmo bem. ‘x’ e ‘y’ são as quantidades alocadas desse bem em cada um dos usos alternativos. ‘x’ e ‘y’ serão alocados de tal maneira que o grau final de utilidade nos dois casos sejam iguais ou, em terminologia moderna, a utilidade marginal em cada um desses usos seja a mesma.

Menger

No prólogo de seu livro, Menger argumenta em favor da utilização dos métodos das ciências naturais na Economia Política, mas com a importante ressalva de que não se pode “comparar os fenômenos da Economia Política com os das ciências naturais em bases analógicas puramente externas.” (Menger, p. 240). Com isso se colocando ao lado dos que advogam a necessidade de adotar o método empírico, mas resguardando-se de que a matemática provavelmente não tem muito a contribuir para os conhecimentos em Economia Política. Hayek, na apresentação do livro, destaca que Menger nunca se declarou enfaticamente contra o uso da matemática, que ele apenas não acreditava que esta pudesse ajudar na compreensão dos fenômenos da Economia Política.

Ainda no prólogo, Menger define o projeto de seu livro:

“Se e em que condições uma coisa tem *utilidade* para mim, se e em que condições essa coisa representa um *bem*, se e em que condições é um *bem econômico*, se e em que condições essa coisa tem *valor* para mim, se e em que condições existe uma *troca econômica* de bens entre dois agentes econômicos, e a definição dos limites dentro dos quais, por esse processo, se chega à *formação do preço*.” (Menger, p. 240-1. Itálicos do autor.)

Os conceitos destacados em itálico pelo autor são objetos de capítulos sucessivos, “Doutrina Geral sobre os Bens”, “A Economia e os Bens Econômicos”, “Doutrina sobre o Valor”, “A Doutrina Sobre a Troca” e “A Doutrina Sobre o Preço”. No primeiro desses capítulos, Menger apresenta as condições para que uma coisa seja um bem:

- “1. A existência de uma necessidade humana.
2. Que a coisa possua qualidades tais que a tornem apta a ser colocada em nexos causais com a satisfação da referida necessidade.
3. O reconhecimento, por parte do homem, desse nexos causal entre a referida coisa e a satisfação da respectiva necessidade.
4. O homem poder dispor dessa coisa, de modo a poder utilizá-la efetivamente para satisfazer à referida necessidade.” (Menger, p. 244)

Após apresentar essas condições para que uma coisa seja um bem, Menger argumenta que existem dois casos nos quais as coisas se apresentam, falsamente, como bens. O primeiro caso é aquele em que supomos um nexos causal que, na verdade, não existe. Os exemplos de Menger são: “amuletos, artigos de beleza, remédios primitivos, varinhas de condão, bebidas afrodisíacas, etc.”. O segundo caso é aquele em que a própria necessidade não existe, mas as pessoas acreditam, falsamente que exista. Esse é o caso da necessidade de curar doenças (mau-olhado) ou de cultuar deuses (qualquer que não o deus cristão) que não existem. No primeiro caso se trata de bens falsos, e no segundo de bens imaginários (derivados de necessidades imaginárias).

A discussão quanto a bens falsos/imaginários é inteiramente dispensável para a construção lógica pretendida pelo autor. Mas é um interessante registro não apenas do conservadorismo de Menger, como da pretensão de julgar objetivamente a verdade ou falsidade da necessidade das pessoas. Esse aspecto guarda certa contradição com o caráter subjetivista da teoria do valor de Menger⁴.

Para o edifício lógico do autor, mais importante que a discussão sobre bens falsos/imaginários, é a constatação de que ‘ações humanas úteis’ satisfazem todos os critérios e, portanto, constituem *bens*. Apesar de não explorar mais esse tipo de bem em seu livro, toda a análise subsequente se aplica a ele.

Na segunda seção do primeiro capítulo, Menger analisa “o nexos causal existente entre os bens”, definindo como de primeira ordem os bens que podem entrar em nexos causal direto/imediato com a satisfação de uma necessidade. Os bens de segunda ordem também podem entrar em nexos causal com a satisfação da necessidade, mas apenas mediado pela operação de uma etapa produtiva.

⁴ Quando essa questão for apresentada, veremos que o subjetivismo de Menger não é, por assim dizer, ‘absoluto’. Veremos que o valor, apesar de subjetivo, não é arbitrário.

Os bens de terceira ordem precisam de duas etapas produtivas para poder, então, satisfazer a necessidade. É importante destacar que a ordem de um bem é definida em sua relação com a necessidade, de modo que o leite é um bem de primeira ordem relativo à necessidade de consumir leite, mas de segunda ordem relativo à necessidade de comer queijo.

Na seção 3, “As leis que regem os bens no tocante à sua qualidade de bem”, Menger explora as implicações da existência de nexos causais entre os bens. Menger destaca que a transformação dos bens de ordem superior em bens de ordem inferior só pode se dar pela lei de causa-efeito, e que isso só ocorre no tempo. “Todo processo de mudança ou transformação significa um vir-a-ser, um surgir, um tornar-se, e isso só é possível dentro do tempo.” (Menger, p. 253) Pode ocorrer redução do tempo necessário à transformação, mas é absolutamente impossível eliminá-lo. Segue-se daí que é também absolutamente impossível eliminar a possibilidade do erro, ainda que se possa sempre reduzi-lo. Não é por outra razão que o título da seção em que ele faz essas discussões é “Tempo-Erro”.

Menger mostra que, apesar dos bens de primeira ordem serem mais importantes relativamente às necessidades presentes, os bens de ordem superior são os que garantem a satisfação continuada de nossas necessidades. Enquanto as sociedades primitivas se caracterizavam pela caça e coleta, a sociedade moderna se caracteriza por desenvolver sempre mais e melhores bens de ordem superior que precisam de muitas etapas produtivas para se transformarem em bens de primeira ordem. Essa consideração é de importância decisiva para compreender a definição do valor dos bens de ordem superior.

No capítulo II Menger distingue entre bens econômicos e não econômicos. Para isso, ele parte da constatação de que cuidar da satisfação de nossas necessidades significa cuidar da nossa vida e que precisamos nos prevenir de que nossas necessidades serão satisfeitas. A preocupação dos ‘homens’ em satisfazer suas necessidades define a previdência; e a “demanda de uma pessoa” é “aquela quantidade de bens necessária para satisfazer às suas necessidades no período de tempo em que se estende a previdência.” (Menger, p. 260). A partir deste conceito de demanda, Menger mostra que este conceito se aplica tanto a bens de primeira ordem quanto aos bens de ordem superior.

Na seção 2 deste capítulo, salta aos olhos a ênfase dada ao ‘inventário’ e ‘avaliação’, e ao papel do comerciante, e o desdém ao trabalho e ao processo produtivo na determinação das “quantidades disponíveis de bens”, que dá nome à seção. Deve-se destacar que se trata de um autor que trata longamente das leis de causalidade pelas quais os bens de ordem superior se transformam em bens de ordem inferior, e que reservou uma seção especificamente para analisar as implicações

da inevitabilidade do tempo para a efetivação dessas transformações. Quando esse autor se aproxima da definição do valor, no entanto, sua perspectiva o força definir a oferta como “quantidades disponíveis de bens” e o impede de perceber a categoria decisiva para explicar a definição dessa oferta⁵.

Tendo definido oferta e demanda, Menger define como econômicos os bens que não existem em quantidade ilimitada, de forma que não podemos satisfazer plenamente toda e qualquer necessidade desse bem. A existência de bens econômicos tem diversas implicações: i) coloca em ação o instinto egoístico do ‘homem’; ii) faz surgir a busca pela apropriação e, com isso, dá origem à propriedade; e iii) faz com que esses bens adquiram uma importância propriamente econômica para os indivíduos, importância que se define como valor. Em outras palavras, valor é a importância que os indivíduos atribuem aos bens pelo fato de estarem conscientes de que precisam deles para satisfazer suas necessidades. Ou seja, valor é a importância das nossas necessidades, que se apresenta refletidas nos bens econômicos.

Walras

Em seu livro “*Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*”, Walras tem como pretensão purificar, redefinir a ciência econômica, e delimitar com exatidão seu objeto e método. Uma grande preocupação do autor, explícita no início da primeira sessão, é alcançar o consenso geral que, segundo o próprio, não foi conquistado por nenhuma das definições anteriores da Economia Política e para ele, o consenso geral é nada menos que o símbolo das verdades conquistada pela ciência.

No momento em que Walras escreve seu livro, o mundo se deparava com uma série de triunfos sem precedentes das ciências naturais atrelados à Revolução Industrial. Eram portanto, altamente prestigiadas e tidas como exemplo para muitas ciências. Muitos esforços foram feitos para copiar seus métodos, inclusive na Economia Política.

Para redefinir a Economia Política, Walras propõe a repartição da mesma em ciência (pura), arte e moral. Para tornar mais nítida essa distinção, ele afirma que deve-se estudar os fatos que regem os corpos econômicos. Os fatos estão divididos entre os regidos pelas forças cegas da natureza (naturais) e os guiados pela vontade humana (humanitários). No caso da Economia Política, Walras argumenta que o fato do valor de troca é natural, enquanto o fato da apropriação (e

⁵ Percebo a necessidade de explorar melhor esse comentário. Fica o registro para desenvolvimentos futuros. Esse parece ser o ponto ideal para tecer mais considerações sobre o fato do capitalismo aparecer como apenas circulação de mercadorias.

o da indústria) é humanitário, de forma que existe um âmbito dessa ciência onde é possível realizar conhecimento puro, e outro em que esse conhecimento tem caráter moral.

Todos os 3 fatos da Economia são derivados da raridade das coisas úteis, pois todos tem como pressuposto que vivemos em um mundo onde todas e apenas as coisas raras e úteis são apropriadas; produzidas ou multiplicadas na indústria; e trocadas. Riqueza social é denominada a coleção de coisas simultaneamente raras e úteis, e por conta disso, é possível dizer que tais fatos tratam da riqueza social, entretanto somente os fatos naturais são estudados pelas ciências puras.

Para defender que o valor de troca é um fato natural e, assim, demarcar um campo em que o conhecimento econômico poderia ter o mesmo caráter que o conhecimento físico, Walras argumenta que os valores de troca das coisas, uma vez estabelecidos, são naturais pois independem da vontade de vendedores e compradores em sua individualidade. O valor de troca simplesmente é. Se as coisas, como o trigo e o dinheiro (para não fugir aos exemplos de Walras) tem um determinado valor, é por que são limitadas e úteis em determinada magnitude, circunstâncias necessariamente naturais. Quanto ao valor de troca, resta a nós indivíduos, de acordo com nossos interesses resistir ou afirmar esse valor, mas não está sob nossa capacidade de alterar seu caráter e suas leis.

Agora, vejamos a explicação dada para afirmar que a apropriação é um fato humanitário, guiado por forças humanas conscientes de si mesmas: Coisas serem apropriáveis ou não, não depende de nós, mas sim da natureza. Todas as coisas limitadas e úteis são apropriáveis, e uma vez que o são, cabe a nós apropriá-las. Sejam presentes condições naturais para que coisas sejam apropriáveis, é nosso dever apropriar-se delas de algum modo. Não é no âmbito do individual que se define o modo como nos apropriamos das coisas, mas sim por toda a sociedade. "A Natureza faz apenas a apropriabilidade, a humanidade faz a apropriação".

Na definição da propriedade como fato humanitário, Walras não só se mostra consciente de que as relações sociais é que determinam os fenômenos humanos, mesmo quando estes não podem ser controlados por um indivíduo em particular. Por outro lado, sua necessidade de definir um campo em que a Economia Política pudesse ser apresentada como conhecimento puro o faz adotar uma teoria muito diferente para o "fato" do valor de troca. Nesse caso, Walras considera a impossibilidade de que os indivíduos determinem diretamente os preços como suficiente para negar o caráter "humanitário" ao valor de troca.

Bibliografia

BENTHAM, J. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**. Kitchener, 1781.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

JEVONS, W.S. **A Teoria da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MENGER, C. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política, vol. I/1, Editora Nova Cultural Ltda, SP, 1996.

PRADO, E. F. S. . **Economia, complexidade e dialética**. 1. ed. São Paulo: Plêiade, 2009.

WALRAS, L., **Compêndio dos elementos de economia política pura**. Série “Os Economistas”, São Paulo: Editor Victor Civita, 1983.